UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS

ESCOLA DE CIÊNCIA POLÍTICA

CURSO: CIÊNCIA POLÍTICA

DÉBORAH SILVA MENEZES BARRETO - 20221530044

O ESTADO É VIOLÊNCIA: AUTOS DE RESISTÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA GESTÃO SELETIVA DA MORTE. A PRÁTICA DA POLÍCIA MILITAR NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO. 2007- 2024

Rio de Janeiro

2026.

DÉBORAHSILVA MENEZES BARRETO

O ESTADO É VIOLÊNCIA: AUTOS DE RESISTÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA GESTÃO SELETIVA DA MORTE, A PRÁTICA DA POLÍCIA MILITAR NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO. 2007-2024

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.
Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Noronha

Rio de Janeiro
2026.

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

B273 Barreto, Déborah Silva Menezes
O Estado é violência: autos de resistência como expressão da gestão seletiva da morte. A prática da polícia militar no Rio de Janeiro e em São Paulo. 2007-2024 / Déborah Silva Menezes Barreto. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2026.
32 f.

Orientador: Rodolfo Liberato de Noronha.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação em Ciência Política, 2026.

1. Autos de resistência. 2. Violência policial. 3. Necropolítica. I. Liberato de Noronha, Rodolfo, orient. II. Título.

RESUMO

O presente artigo apresenta uma abordagem reflexiva acerca dos chamados autos de resistência enquanto materialização da necropolítica no que diz respeito a um contexto de insegurança pública, com enfoque na prática da polícia militar nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre os anos de 2007 - 2024. Parte-se da hipótese de que a violência estatal faz parte de um projeto societário, ela é seletiva, sistemática e racializada. Buscou-se investigar as formas utilizadas pelo Estado para a legitimação da produção e da perpetuação da morte de pessoas negras, periféricas, marginalizadas e subalternizadas. Fato esse que ocorre como uma prática de controle social. Para além disso, os autos de resistência não são desvios, ou abusos, antes são parte de uma estrutura de uma determinada racionalidade governamental que determina a vida e a morte desigualmente. O artigo é amparado por dados empíricos oficiais, relatórios de organizações de direitos humanos e por textos acadêmicos que escancaram a caráter persistente, institucionalizado e seletivo da letalidade policial. Conclui-se que o Estado do Brasil através de sua polícia militar atua em uma gestão necropolítica de sua população, baseia essa prática no racismo estrutural enraizado nas relações sociais e políticas, e na lógica punitiva. Esse contexto histórico e contemporâneo acaba por comprometer os fundamentos democráticos e a consolidação dos direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Autos de resistência, violência policial, necropolítica, racismo e direitos humanos.

ABSTRACT

This article presents a reflective approach to so-called "resistance killings" as a materialization of necropolitics within a context of public insecurity, focusing on the practices of the military police in the states of Rio de Janeiro and São Paulo between 2007 and 2024. It hypothesizes that state violence is part of a societal project; it is selective, systematic, and racialized. The study investigates the methods used by the State to legitimize the production and perpetuation of the deaths of Black, marginalized, and subalternized people. This occurs as a practice of social control. Furthermore, resistance killings are not deviations or abuses, but rather part of a structure of a specific governmental rationality that determines life and death unequally. The article is supported by official empirical data, reports from human rights organizations, and academic texts that reveal the persistent, institutionalized, and selective nature of police lethality. It is concluded that the Brazilian State, through its military police, acts in a necropolitical management of its population, basing this practice on structural racism rooted in social and political relations, and on a punitive logic. This historical and contemporary context ends up compromising the democratic foundations and the consolidation of human rights in Brazil.

Keywords: Resistance reports, police violence, necropolitics, racism, and human rights.

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

1. Introdução.....6

2. Fundamentos teóricos, racismo estrutural e autos de resistência.....11
2.1 O monopólio legítimo do uso da força, a seletividade penal e o racismo enquanto estrutura de poder.....14
2.2 Necropolítica e a subcidadania no Brasil.....16
2.3 Políticade segurança pública, militarização e a consolidação do modelo de confronto.....18
2.4 O discurso institucional e a naturalização da violência.....19

3. Fontes, recorte e critério metodológicos.....21
3.1 A produção social da vítima: seletividade e racialização da violência.....22
3.2 Autos de resistência e a lógica da impunidade.....27

4. Considerações finais.....29
4.1 Síntese dos resultados e reflexões críticas sobre Estado e democracia.....29
4.2 Limitações da pesquisa.....30

Referências bibliográficas.....32

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo parte do seguinte questionamento: o Estado brasileiro age enquanto um garantidor do acesso ao direito à vida, ou é um administrador da seletividade da morte, e promove uma cidadania meramente formal e legal que não abarca a todos igualmente? Em uma nação marcada pela desigualdade estrutural e histórica, pelo racismo velado e negado, e que traz consigo as marcas escravocratas de sua formação. O que se tem aqui é uma militarização da segurança pública, que criminaliza a pobreza e pratica o genocídio do negro no Brasil, onde a morte se transformou em uma política de governo. O que fica evidente é que, a violência estatal não é acidental, o auto de resistência que traz consigo o discurso de legítima defesa frente a um suposto inimigo com iguais condições de reação ao ataque, na verdade é constituída como uma prática que tenta invisibilizar a letalidade policial e silenciar as famílias das vítimas.

Dessa forma, nos últimos anos essa prática se consolidou enquanto um instrumento que acaba por legitimar o extermínio de em sua maioria jovens negros, pobres e de áreas periféricas urbanas. O que se propõe aqui, é uma análise teórico-crítica dos autos de resistência que funcionam como dispositivos de uma necropolítica, e evidenciam de que forma o Estado, através de seu aparato policial determina e delimita quais pessoas merecem ou não viver, como se houvesse uma sub humanidade. Entender a noção de necropolítica aqui, é fundamental para se compreender de que forma a morte se transforma em gestão estratégica do território e dos corpos. O que é central nessa dinâmica é a questão social ser tratada como caso de polícia, e não de política, a criminalização da pobreza e o encarceramento da marginalidade como parte de uma racionalidade de governo.

A escolha dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo se dá por se tratarem de dois estados que possuem um protagonismo social e político no país, e na produção de políticas públicas que abrangem a área da segurança pública. Ambas as experiências estudadas de militarização das polícias possuem um viés de uma lógica de guerra às drogas, e tem o racismo institucional como um pano de fundo de um sistema que sob o discurso de legalidade e defesa de valores morais, opera como máquina de morte. O recorte temporal possibilita analisar dados estatísticos empíricos oficiais que retratam uma consolidação de políticas repressivas frente aos movimentos de resistência e de denúncia que emergem da sociedade civil, de pesquisadores e das famílias dos vitimizados.

O presente estudo, não visa somente denunciar, para além disso busca compreender a realidade social que atravessa o país, como se dá a lógica política que sustenta a violência de Estado no Brasil contemporâneo. Ao constatar que o Estado é violência, e que isso se dá de forma seletiva, esta pesquisa se insere em uma tradição crítica que confronta os discursos carregados de legalidade de falas oficiais, visa desnaturalizar o genocídio sofrido, e afirma o acesso ao direito a vida enquanto um eixo primordial da manutenção de uma sociedade democrática.

O presente trabalho tem como objeto analisar de que maneira se dá a prática dos chamados autos de resistência, particularmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período histórico compreendido entre 2007 a 2024, buscará investigar de que forma essa dinâmica ocorre, se há uma relação de causa e efeito entre os autos de resistência e a violação dos direitos humanos no Brasil contemporâneo. Embora o recorte temporal de 2007 a 2024 seja amplo, ele se justifica para permitir a observação de tendências e variações na prática dos autos de resistência, especialmente no contexto das transformações políticas, sociais e nas mudanças na gestão da segurança pública nesse período. Entretanto, essa delimitação poderá ser ajustada conforme o levantamento e a disponibilidade dos dados.

Como objetivo geral se busca analisar de que maneira a prática dos autos de resistência se articula com os direitos humanos no Brasil, principalmente nas dinâmicas de controle social. O que se quer aqui é evidenciar as dimensões e consequências dessa prática exercida sobre populações negras e periféricas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período de 2007 a 2024.

Já como objetivos específicos procura-se investigar o desenvolvimento histórico e normativo dos autos de resistência enquanto prática institucionalizada; compreender de que forma eles fazem a articulação com estruturas de racismo institucional, necropolítica e seletividade penal; analisar os discursos trazidos pelas instituições jurídicas e midiáticas que legitimam e naturalizam essa prática; examinar os dados de letalidade policial para identificar padrões de vitimização relacionados a raça, classe e território.

Isso se dará com vistas a compreender de que maneira a prática genocida dos autos de resistência é adotada enquanto uma expressão materializada da violência estatal no Brasil contemporâneo, faz-se necessário adotar uma abordagem metodológica que vá para além de uma descrição empírica dos fatos. A questão do presente artigo é investigar de que maneira essa prática é inserida em uma determinada lógica e estrutura social, política e racial que diz respeito a fundamentar as relações entre Estado e determinado segmento da população.

Dessa forma, a escolha da metodologia do presente artigo se dá a partir de uma perspectiva qualitativa e crítica que tem o compromisso com uma análise das formas de produção, legitimação e reprodução da violência institucionalizada. Fazendo a análise a partir do pressuposto de que o Estado brasileiro, apesar de ser organizado de maneira formal debaixo dos princípios do Estado democrático de direito, acaba atuando de forma seletiva no que diz respeito ao reconhecimento e na segurança dos direitos fundamentais, faz-se necessário compreender de que forma os autos de resistência para além de serem instrumentos administrativos legais, funcionam também como expressão política de uma lógica racional de Estado que se baseia na exclusão, na violência e na morte.

A abordagem proposta aqui, logo, procura fazer a articulação entre as dimensões empíricas e as dimensões teóricas desse fenômeno, com o objetivo de tornar evidente que a violência policial não se trata de um desvio ou de um excesso, porém é um elemento que faz parte da estrutura da política de segurança pública brasileira. Dessa forma, o presente artigo se estrutura em três principais pilares. O primeiro deles consiste em uma revisão bibliográfica crítica, que objetiva localizar teoricamente esta prática dos autos de resistência partindo de categorias como racismo estrutural, necropolítica, seletividade penal e cidadania diferenciada. Autores como Achille Mbembe, Vera Malaguti Batista, Loic Wacquant, Juliana Borges e Lawrence Krader serão utilizados para pensar a violência de Estado como prática usual e legitimada pelo sistema jurídico e político. O segundo pilar, diz respeito a análise documental e estatística de dados produzidos por órgãos públicos e entidades da sociedade civil, como o Instituto de Segurança Pública - ISP, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, o Instituto Sou da Paz, a Rede de Observatórios da Segurança e a Escola de Segurança Multidimensional da Universidade de São Paulo - ESEM USP.

Partindo desses dados, será possível identificar e reconhecer padrões, o que possibilitará identificar as ações recorrentes e o perfil social dos vitimizados categorizados como autos de resistência, com destaque para o recorte classista, territorial urbano e racial. Para além do que expor números, a análise busca mostrar de que forma os dados estatísticos tornam evidente uma política sistemática de eliminação de corpos tidos como descartáveis. Como terceiro pilar, se dará uma análise comparativa entre os dados apresentados pelos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo em que ambos trazem altos índices de letalidade policial e práticas de silenciamento institucional.

Ao analisar comparativamente essas realidades, o artigo procurará demonstrar que a lógica da violência seletiva acaba ultrapassando os modelos de gestão pública e expõe um padrão estrutural de atuação do Estado brasileiro em áreas periféricas urbanas. Por fim, será realizada uma análise de forma crítica acerca do discurso institucional, com vistas a compreender de que maneira o Estado justifica suas práticas letais por meio de narrativas jurídicas, políticas e midiáticas. A naturalização dos altos índices de violência constantemente se apresenta como necessária ou inevitável, trata-se na verdade de um elemento constitutivo central e basilar na reprodução da impunidade e na consolidação de uma espécie de cidadania seletiva.

Dessa forma, ao fazer a articulação entre a teoria crítica, dados empíricos e uma análise discursiva aprofundada, o presente artigo pretende alcançar os objetivos gerais e específicos de maneira coerente e em consonância com a complexidade do fenômeno estudado. A proposta metodológica exposta aqui não parte de uma pretensa neutralidade que não existe nas relações sociais, antes, parte de um compromisso ético-político de defesa intransigente aos direitos humanos de todo e qualquer cidadão e cidadã, e com a denúncia de uma das formas da violência que se esconde sob a aparência da legalidade**.**

A esrutura do presente artigo de conclusão de curso se organiza de forma a possibilitar uma apreensão da realidade para além do senso comum e do que a grande mídia hegemônica propaga. Há aqui uma percepção gradual e aprofundada com relação a prática dos autos de resistência enquanto parte de uma política de segurança pública com dados que merecem atenção e de sua relação direta com os altos índices de violência estatal no Brasil contemporâneo, com enfoque nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. No primeiro capítulo, ocorre a contextualização do tema, há ainda a definição do problema de pesquisa, da justificativa, e está presente também a determinação dos objetivos gerais e específicos, além da exposição da metodologia adotada. Dessa forma, é possível dizer que se trata de uma seção introdutória que fixa as bases conceituais e empíricas necessárias para orientar o leitor acerca do debate proposto.

Já no segundo capítulo, expõe-se o referencial teórico no qual a análise se fundamenta, discute-se os principais conceitos que norteiam o artigo, tais como monopólio legítimo do uso da força, racismo estrutural, necropolítica, seletividade penal e cidadania desigual. Para além disso, reflete-se acerca da gênese jurídica dos autos de resistência e de que maneira se desenvolveu a construção histórica da naturalização e legitimação da alta taxa de letalidade policial seletiva nos contextos fluminense e paulista, entre 2007 e 2024.

Encontra-se no terceiro capítulo, a descrição das fontes que foram utilizadas, discorre-se também sobre quais foram os critérios metodológicos utilizados e qual foi o recorte empírico que norteou a análise dos dados. A partir disso, investiga-se o perfil dos vitimizados, quais são as consequências da chamada guerra às drogas, bem como os discursos oficiais jurídicos e midiáticos que legitimam e reproduzem atividades de extermínio e silenciamento institucional.

Por último no quarto capítulo, apresentam-se as considerações finais, onde se concentram os principais resultados obtidos e se argumentam as consequências políticas, sociais e democráticas que decorrem da persistente violência seletiva praticada e perpetuada pelo Estado. São também apontadas as limitações da pesquisa e prováveis caminhos para investigações futuras.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS, RACISMO ESTRUTURAL E AUTOS DE RESISTÊNCIA

O entendimento acerca da violência praticada pelo Estado brasileiro contemporâneo exige uma análise aprofundada para além do senso comum e da naturalização que se faz desta. Faz-se necessário revisitar os fundamentos históricos, institucionais e raciais que norteiam o modus operandi das polícias e, buscando uma apreensão da realidade de maneira mais ampla, a própria lógica estatal e social que se baseia na administração desigual da vida e da morte – a necropolítica. Este artigo parte da premissa de que a violência policial — destaque para aquela registrada sob a categoria dos chamados autos de resistência — não se configura enquanto um fenômeno isolado, descolado da realidade, não se trata de algo acidental ou exclusivamente operacional. Ao contrário, ela se manifesta como uma expressão de uma lógica racional e política historicamente construída e desenvolvida, que se sustenta por estruturas de poder que são mantidas desde o período colonial, passando pela escravidão, pela formação do Estado republicano e pelas políticas contemporâneas de segurança pública.

De acordo com Mbembe (2018), a necropolítica diz respeito a uma totalidade de práticas violentas, soberanas que determinam quais indivíduos merecem ser protegidos e quais devem ser eliminados. Essa visão de mundo trata certos corpos como descartáveis, como números, os invisibiliza tirando sua identidade enquanto sujeitos portadores de direitos e deveres. Essa apreensão da realidade é fundamental para se compreender de que forma o Estado brasileiro atua, como ele opera com uma lógica seletiva sobre corpos específicos. São eles do povo negro, periférico e pobre que ocupa o lugar social como se fossem indignos de proteção e tem o acesso negado aos direitos fundamentais como vida, liberdade, propriedade e segurança. Para o autor são os matáveis. Assim, o conceito trazido por Mbembe (2018) de necropolítica dá conta de explicar a prática estatal que, “constitui o direito de matar, deixar viver ou expor à morte, instaurando regiões em que a morte é administrada como política”. Mbembe (2018, p.64).

Sabe-se que no caso brasileiro, essas zonas se tratam de espaços racializados, são as favelas, os territórios periféricos, locais em que o Estado se faz presente de maneira ambivalente. É ausente em assegurar direitos sociais e civis, porém se faz presente em sua vertente militarizada, com as chamadas operações policiais ou com pontuais intervenções militares federais. Acerca do resultado gerado por essas práticas, as prisões. Batista (2019) afirma que, no que diz respeito ao sistema penal brasileiro nunca se teve como proposta a igualdade, antes este sempre funcionou enquanto um mecanismo de controle e eliminação dos mesmos grupos racializados e marginalizados desde a escravidão no país, antes mesmo da República. Assim, seletividade penal, portanto, não é um erro — é o funcionamento de maneira ordinária do sistema de encarceramento do país.

Nesse contexto, se insere a categoria de "auto de resistência". Que teve sua gênese durante o período do golpe civil militar brasileiro de 1964-1985, e é mantida mesmo após a redemocratização em 1988, e a nova Constituição Federal do país. Sob o discurso de justificativa burocrática para mortes em decorrência de ação policial fatal, trata-se de um dos instrumentos basilares dessa engrenagem. Tem como função não somente a vertente administrativa, contudo inclui ainda uma questão simbólica e política. É capaz de produzir uma narrativa de confronto e que garante a legitimidade da ação letal de um agente estatal. Para Borges (2020), esses registros funcionam como uma espécie de salvo-conduto jurídico, que acabam normalizando e tornando invisíveis as execuções extrajudicialmente.

Dessa forma a questão posta, portanto, não é somente a de quantos indivíduos são mortos, mas quem são estes, onde se morre e por qual razão se dá isso em ações policiais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Segurança Pública – ISP/RJ, os indicadores de letalidade policial mostram que, entre 2007 e 2024 ocorreram 14.287 vítimas civis e de forma constante, mais de 86% das vítimas de letalidade policial eram negras, jovens e moradoras de periferia. No mesmo período no estado de São Paulo foram 11.285 mortes em decorrência de intervenção policial. Esse padrão não é fruto do acaso, para além disso, ele acaba por materializar o racismo estrutural como lógica de governança. Para Souza (2017), esse fenômeno gera como fruto a produção de uma nova categoria social, a da subcidadania, ou seja, a produção e o desenvolvimento social e antropológico de um grupo cujo direitos sociais e civis são sistematicamente negados e desrespeitados e que, por isso, se tornam alvos fáceis da violência estatal pois estão vulnerabilizados em todas as suas esferas de vida.

Dessa forma, para se compreender integralmente a letalidade policial e os autos de resistência que se inserem nesta, faz-se necessário a estratégia de um resgate do contexto histórico, social e político em que o Estado brasileiro surgiu, se desenvolveu e se mantém. Enquanto um Estado racializado. Pensando nisso, Nascimento (2016) traz que, a violência sofrida por pessoas negras é parte constitutiva do projeto de nação, e não se trata de uma patologia conjuntural. Para o autor, a escravidão não foi superada; ela se reconfigurou em novas maneiras de controle, punição e eliminação. Assim, a polícia, nesse contexto, cumpre o papel de executor desse projeto societário, atua operando sob a lógica punitiva da constante vigilância, da contenção de excessos e de genocídio da população negra que historicamente foi definida como perigosa e foi em todo o tempo criminalizada.

É partindo desse entendimento que, se traz aqui no artigo o conceito de monopólio legítimo da violência. “O Estado, é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território, reivindica com sucesso para si o monopólio do uso legítimo da força física”. WEBER (2004, p.56). Esse conceito precisa ser revisitado à luz da realidade brasileira. Uma vez que, o Estado moderno acaba se legitimando por ser o detentor do uso legítimo da força, no caso do Brasil, essa legitimidade é dividida de forma desigual. Como Lima (2018) ressalta, a polícia brasileira age não de acordo com uma racionalidade de direitos universais inalienáveis de cidadania ampla, antes porém segue um regime de hierarquização, de categorização de indivíduos, assim sendo, o Estado atua diferenciando cidadãos plenos de cidadãos tidos como suspeitos. Aqui se dá uma seletividade racial, portanto, não é um fator externo ao Estado – é intrínseco a ele, um de seus princípios de ordenamento.

Para além disso, se tem a construção do elemento do discurso institucional formal. Aqui, este atua desempenhando um papel importante ao naturalizar essa categoria de violência. Notas oficiais a imprensa, pronunciamentos de autoridades e a cobertura da mídia hegemônica corriqueiramente reforçam a narrativa de confronto, culpabilizando a vítima e inocentando o agente estatal antes mesmo de qualquer investigação, o que inclusive raras vezes ocorre, só em casos de grande repercussão e com grande pressão popular. Esse fenômeno, de acordo com estudos da Rede de Observatórios da Segurança - 2022, gera um senso comum de permissividade e passividade sobre o extermínio de determinadas populações, reforçando o ciclo de impunidade.

Sendo assim, o presente capítulo será estruturado, com vistas a se fazer uma reflexão para além da superficialidade dessa realidade explicitada acima em quatro eixos. No primeiro, se fará a discussão dos fundamentos teóricos que articulam Estado, violência e racismo, tornando evidente a maneira como se dá a seletividade social, de que forma ela se ancora em bases de poder que fazem o amoldamento da prática policial. No segundo, será aprofundado o conceito de necropolítica e a sua aplicação a realidade do Brasil, com destaque para como se desenvolve pelo Estado a administração da vida e da morte de populações específicas. No terceiro, se fará uma análise dos modelos de segurança pública implementados no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 2007 e 2024, com enfoque na continuidade e na intensificação da letalidade. E, por último, mas não menos importante, o quarto eixo deste capítulo fará um exame do discurso institucional, jurídico e da mídia hegemônica que atua legitimando os autos de resistência e naturalizando o extermínio.

Desta forma, o presente capítulo buscará para além de descrever práticas cotidianas de violência estatal, mas também procurará compreender como isso se dá, por que elas se consolidam como política pública. Em um Estado que possui marcas profundas de desigualdades raciais, territoriais, econômicas, políticas e sociais fazer a análise dos autos de resistência é examinar a própria lógica estatal, sua forma de governar e a quem é destinada sua proteção – ou eliminação.

2.1 O monopólio legítimo do uso da força, a seletividade penal e o racismo enquanto estrutura de poder

Para Weber (2004) há que se entender que a atuação do Estado se dá enquanto uma instituição formal, e sabe-se que em um contexto de democracia liberal as insttitutições importam e exercem um papel central na formulação de políticas. Assim sendo, é ele que detém o monopólio legítimo do uso da força física dentro de um determinado espaço. O autor desenvolve essa formulação clássica com a finalidade de se apreender a realidade como um todo, o que é fundamental quando se analisa fenômenos sociais, como a violência por exemplo, essa que se dá numa esfera formal e legal, e é legitimada pelo Estado liberal. Entretanto, quando se faz necessário contextualizar essa concepção para a realidade brasileira, essa definição de monopólio da força acaba sendo atravessada por um determinado contexto histórico.

No Brasil a realidade se dá por lutas construídas historicamente, ela é perpassada por desigualdades estruturais e por um sistema que propaga um discurso formal de controle social que é operado de forma seletiva. Assim sendo, a força imposta pelo Estado não é distribuída homogeneamente sobre os corpos; igualdade se configura como um mero valor liberal que nunca se materializa amplamente, para Souza (2009) ao contrário, a violência se torna territorializada, racializada e se volta em direção majoritariamente a grupos social, econômica e politicamente vulneráveis.

O que se tem na realidade brasileira é a já dita anteriormente aqui nesse ensaio, seletividade do uso da força do aparelho estatal que, dessa forma acaba por alcançar também o sistema prisional do país. Pode-se dizer que o que se tem aqui não é um mero desvio institucional, como se difunde pela mídia hegemônica e pelo senso comum, está para além disso, é um aspecto que diz respeito a toda uma conjuntura que fornece as bases e sustentáculos para o sistema penal do Brasil. Para Batista (2003), o sistema penal não foi feito para punir a todos igualmente, mas para operar como tecnologia de contenção das classes perigosas. No Brasil, a gênese histórica dessas denominadas categorias encontra-se diretamente relacionada a uma economia e a uma sociedade escravocrata e ao posterior projeto de enbranquecimento, que cristalizou a ideia de que existe uma associação entre ser negro e ser criminoso. Se disseminou isso, criou-se uma relação direta entre essas duas realidades, como uma relação de causa e efeito. Com destaque especial para a percepção desse fenômeno nos centros urbanos.

Nesse contexto, tem-se o chamado auto de resistência — que foi originalmente criado enquanto uma categoria jurídica. Sua criação se deu com o objetivo de registrar as mortes em decorrência de intervenção policial, como uma justificativa formal e legal para ações letais — essa categorização insere-se nessa lógica seletiva. Ao decorrer de décadas, sua mera menção foi o suficiente para manter afastada a possibilidade de investigação efetiva, o que oferece ao policial uma presunção de legítima defesa prévia e automática. Para Misse (2011), essa categoria operou como uma tecnologia burocrática de justificação do homicídio policial. Sobre essa questão o autor traz ainda que, “o chamado auto de resistência constitui uma categoria administrativa e burocrática que produz uma narrativa oficial de justificação da morte, deslocando o homicídio praticado por policiais para uma situação de suposta legalidade”. Misse (2011, p. 32).

Atualmente o que se tem no Brasil, é a seletividade penal operando em um tripé que tem como três bases, em primeiro lugar, o perfil racializado dos indivíduos que sofrem as abordagens, em segundo lugar, o encarceramento massivo de parte de uma população jovem e negra e como terceiro e último aspecto, se tem que, a letalidade praticada pela polícia se dá de maneira concentrada em áreas periféricas. O autor Wacquant (2001) faz a descrição desse fenômeno como a expansão do Estado penal sobre os pobres que vivem em áreas urbanas, ele argumenta ainda que, o encarceramento e o policiamento se configuram como ferramentas que fazem a gestão da liberdade de uma determinada parcela da população que é considerada como excedente do ponto de vista econômico e político. Acerca disso o autor traz que:

> O crescimento e a glorificação do aparelho penal do Estado respondem não à elevação da criminalidade, mas à necessidade de controlar e conter as frações desestabilizadas das classes populares nas grandes cidades, fazendo do encarceramento e do policiamento instrumentos centrais de gestão da miséria. WACQUANT (2011, p. 32).

Dessa forma, entender de que maneira funciona a dinâmica do monopólio do uso da força no Brasil pressupõe o reconhecimento de que ele é exercido de modo racializado. Segundo Nascimento (1978) o racismo não se trata somente de um elemento cultural ou individual, ele é construído historicamente, e diz respeito a uma estrutura institucional que é responsável por definir quem deve ser controlado, punido e eliminado. Sendo assim, a morte, deixa de ser entendida como um episódio esporádico, tal qual um evento excepcional e passa a ser apreendida como um elemento constituinte da forma e do sistema de governo que age diferente em determinados territórios — em especial aqueles marcados pela presença majoritária da população negra.

2.2 Necropolítica e a subcidadania no Brasil

A categoria de necropolítica, foi desenvolvida por Mbembe (2018), e oferta um instrumental a partir de uma visão de mundo de um autor do sul global, que traz consigo uma análise fundamental para se compreender a produção sistemática da morte no Brasil. Segundo o autor, a necropolítica diz respeito à capacidade estatal de decidir quem deve viver e quem deve morrer configurando assim regimes de violência que são administrados pelo Estado e transformam corpos específicos - negros e periféricos em alvos legítimos.

Mbembe traz que: “A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 5).

No caso brasileiro, essa lógica é concretizada quando se trata da administração das áreas periféricas e das favelas enquanto territórios de morte. Para Borges (2019), a política penal brasileira é a responsável por definir territórios e quais corpos são descartáveis, assumindo assim a morte como o resultado esperado. A autora traz a ideia de territorialização e racialização do descarte, que se dá através de uma combinação entre militarização da segurança pública, guerra às drogas e criminalização da pobreza, para ela tudo isso combinado culmina em um regime de subcidadania, conceito trabalhado por Souza (2016), no qual amplos segmentos da população são tratados como vidas politicamente sem serventia.

É nesse contexto histórico e político que os autos de resistência são constituídos enquanto, mecanismos formais de gestão necropolítica. Quando se atribui aos vitimizados a condição de agressor se acaba por reforçar a narrativa de confronto, e se reafirma o lugar da polícia enquanto agente a serviço do Estado, sob o slogan de “proteger e servir” a população e assim, se contrói a narrativa de que o jovem negro é o inimigo interno. Essa operação simbólica é essencial: como destaca Mbembe (2018), a necropolítica torna necessário o desenvolvimento no imaginário de um inimigo para justificar a eliminação.

Dessa forma portanto, a favela não se trata apenas de um espaço territorial, antes se configura como um espaço político, de luta e de resistência, sobre a qual o Estado emprega uma força soberana legitimada excepcionalmente, o que se tem nesses espaços é a vida vulnerabilizada, desprotegida e fragilizada, o acesso aos direitos e aos serviços é negado. A rotina é perpassada por constantes operações policiais que geram um saldo de mortes, apreensões e não resultam em mudanças efetivas na rotina dos moradores.

Além disso, o cotidiano nesses territórios é marcado por suspensão de garantias constitucionais como livre circulação, inviolabilidade de domicílio e proteção a vida. Acerca disso Batista (2003, p. 101) acrescenta que as operações policiais, “são realizadas nas favelas e instauram verdadeiros estados de exceção permanentes, nos quais direitos e garantias constitucionais são sistematicamente suspensos em nome de uma suposta guerra ao crime, dirigida sobretudo contra populações pobres e racializadas”.

Dessa forma, o que se tem é um Estado com uma necropolítica e que, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública entre o intervalo de tempo de 2007-2024 no estado de SP no que se refere a letalidade policial, onde se inserem os autos de resistência, há o registro de 7.074 mortes, já no estado do RJ no mesmo intervalo houve o registro oficial de 2.905 mortes fruto de intervenção policial. Já segundo o relatório pele alvo, da Rede de Observatórios de Segurança, cerca de 80% a 90% dos vitimizados nesess estados são negros. Sabe-se que isso não se dá por acaso, ou é fruto de um acidente, antes, trata-se de uma política de segurança pública que é desproporcional, desigual, excludente e racista. Fruto de um processo histórico de hierarquização racial que segue se perpetuando no Estado.

2.3 Política de segurança pública, militarização e a consolidação do modelo de confronto

Os estados do RJ e de SP, apesar de seguirem modelos administrativos diferentes, convergem ao adotarem políticas de segurança pública com foco na ostensividade, no confronto e na repressão armada. Essas políticas, são reforçadas por um discurso oficial das autoridades de guerra às drogas, essas práticas produziram entre 2007 e 2024 alguns índices alarmantes de letalidade policial. No caso do estado do RJ, Cano (2012) traz que, as políticas oscilaram entre dois paradigmas, o primeiro das Unidades de polícia Pacificadora – UPPS, que para ele carregam em si um discurso formal presente nas comunidades, essas unidades mantém práticas de controle e de militarização; simultaneamente a isso, o autor acrescenta que, as operações de grande porte, especialmente no período pós-2010, possuem marcas como incursões aéreas, uso de blindados - “caveirões” e geram um grande número de vitimizados.

> As Unidades de Polícia Pacificadora foram implantadas a partir de uma estratégia que previa, inicialmente, a realização de operações policiais de grande porte, fortemente armadas e com ampla presença de forças de segurança, com o objetivo de ocupar militarmente os territórios considerados estratégicos. Essas operações buscavam a retirada ostensiva dos grupos armados locais, estabelecendo, em um segundo momento, uma presença policial permanente. Tal dinâmica revela uma concepção de política de segurança pública centrada no controle territorial e na lógica da ocupação, mais próxima de uma intervenção militar do que de um modelo de policiamento orientado para a cidadania. Cano, (2012, p. 18-19).

Para o autor, o que fica claro é que as operações policiais no Rio de Janeiro possuem uma estrutura própria com vistas a geração de confronto e não prioritariamente para a redução de danos, que seria o ideal. Cano expõe que, esse fato dá conta de explicar a persistência de altos índices de letalidade mesmo após mudanças políticas e administrativas. Já em São Paulo, a política se apresenta de forma tecnocrática, se baseia em análise de indicadores sociais e se faz uma gestão por metas. Contudo, como argumenta Mingardi (2007, p. 59), a "cultura organizacional das polícias paulistas mantém forte tradição de confronto e baixo controle da força letal". A atuação da ROTA, é frequentemente associada a chacinas e execuções, ele traz esse exemplo para materializar a letalidade policial no estado de SP.

Outro pesquisador dessa temática expõe que, a guerra às drogas é o eixo estruturante dessa política de segurança pública estatal. Para Zaluar (2004), trata-se de uma guerra assimétrica que produz inimigos internos e transforma territórios pobres em campos de batalha. Para ela, ambos os estados aplicam essa lógica, embora com estratégias distintas. Ela traz que, no RJ a militarização é explícita, já em SP, o que existe é uma tecnificação do controle. Esses dois eixos possuem reultado semelhante, a enquanto um instrumento de governo.

2.4 O discurso institucional e a naturalização da violência

Para se efetivar a legitimação da letalidade policial há que se ter uma construção de um conjunto de narrativas, que estejam para além de meras falas no ambiente político, jurídico e da grande mídia hegemônica. É preciso que haja uma operação em conjunto destas frentes e de forma articulada, é um projeto societário. O discurso formal institucional culpabiliza e criminaliza os vitimizados, impõe-lhes a condição de inimigos perigosos, consolidando a percepção de que a morte em operações policiais é necessária e inevitável. Funciona como uma limpeza de uma mácula endógena ao Estado.

Nesse contexto, a mídia exerce um papel central nesse processo. Como demonstra o texto de Júnior (2010, p.15), acerca de enquadramentos jornalísticos, "a cobertura da violência policial no Brasil reproduz quase sempre a versão oficial, apagando violações e criminalizando vítimas". A ausência de senso crítico acaba por fortalecer o discurso comum de que o policiamento letal tem o objetivo de proteger a sociedade.

O sistema judiciário reforça essa construção quando frequentemente as investigações sobre autos de resistência são arquivadas sem o devido processo legal. Misse (2011, p. 21), acrescenta que, “a combinação entre inquéritos conduzidos pela própria corporação e a cultura jurídica de proteção à autoridade policial gera impunidade quase absoluta”. Percebe-se que, esse conjunto de discursos e práticas acaba por produzir um cenário político em que a morte é tida como normal, natural, um ciclo inevitável da vida.

3. FONTES, RECORTE E CRITÉRIO METODOLÓGICO

A análise da letalidade policial no Brasil, com ênfase nos chamados autos de resistência, exige um esforço metodológico que necessariamente deve ir para além da simples exposição fria e distanciada de dados estatísticos quantitativos, uma vez que se trata de um fenômeno que está profundamente enraizado nas estruturas históricas e sociais que conformam a desigualdade no país, e por se tratar de vidas humanas que são interrompidas precocemente e em sua maioria possuem como desfecho a impunidade penal e jurídica, além do esquecimento midiático de seus algozes. Nesse sentido, a construção deste capítulo parte da compreensão de que o conhecimento científico não é neutro, de que a questão social abordada aqui é também política e da diferenciação da análise quantitativa nas ciências sociais e humanas. A análise feita aqui situa-se e é atravessada por crenças, por escolhas teóricas, políticas e epistemológicas. Nesse sentido, Bordieu (1989) traz que, toda produção acadêmica deve explicitar seus pressupostos, sob pena de reproduzir, de forma inconsciente, as hierarquias que pretende analisar.

Dessa forma, a opção metodológica utilizada no presente artigo de conclusão de curso faz a articulação entre dados qualitativos e quantitativos, com o objetivo de não apenas dimensionar a letalidade policial, mas o que se quer aqui é trazer luz a esse tema e compreender de que forma os mecanismos sociais que a produzem simultaneamente a legitima. Tal escolha dialoga com a perspectiva presente em Wacquant (2001), que entende o sistema penal como parte de um aparato mais amplo de gestão da pobreza e das populações marginalizadas. Para o autor, o avanço da violência estatal está diretamente ligada à maneira como o Estado administra as desigualdades sociais, deslocando a questão social para o campo da repressão e da criminalização da pobreza.

O recorte temporal delimitado — de 2007 a 2024 — possibilita abarcar transformações relevantes nas políticas de segurança pública, incluindo a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora - as UPPS - no Rio de Janeiro, legado de um governador conservador de direita que encarava a questão social como um caso de polícia, e não de política pública, nesse contexto o que se tem é uma intensificação das chamadas operações policiais seguidas por altas taxas de letalidade em territórios urbanos periféricos e marginalizados, há também um aumento da visibilidade do debate público acerca do tema na grande mídia. Trata-se de um período que evidencia tanto a continuidade quanto a intensificação de práticas violentas por parte do Estado, permitindo uma análise longitudinal consistente.

No que diz respeito ao recorte espacial, a escolha dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo se justifica por sua centralidade política econômica e cultural no Brasil e pelo volume de dados disponíveis. Para além disso, esses estados representam modelos distintos de gestão da segurança pública, o que permite fazer uma análise comparativa que evidencia tanto diferenças institucionais quanto continuidades estruturais. Conforme aponta Misse (2011), o Rio de Janeiro constitui um caso paradigmático para o estudo da violência urbana, sendo frequentemente utilizado como referência em pesquisas sobre criminalidade e ação estatal.

A construção do corpus empírico baseia-se na articulação de três tipos principais de fontes: dados oficiais, relatórios de organizações da sociedade civil e produção acadêmica especializada. Os dados oficiais, provenientes do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, oferecem uma base quantitativa para a análise da letalidade policial. No entanto, tais dados não podem ser tomados como representações neutras da realidade, uma vez que são produzidos por instituições diretamente envolvidas na gestão da segurança pública. Podendo assim conter uma subnoticação dos casos.

Nesse sentido, ainda de acordo com o texto de Misse (2011), as estatísticas criminais devem ser compreendidas enquanto construções institucionais, o autor traz que: “Os dados sobre criminalidade não são simplesmente coletados, mas produzidos a partir de categorias e classificações que refletem interesses e disputas no interior do Estado.” Misse (2011, p. 45).

Essa observação é particularmente relevante no caso dos autos de resistência, pois a própria classificação de uma morte como em decorrência de intervenção policial já implica uma narrativa que acaba por legitimar a ação estatal. Assim, a análise desses dados exige uma postura crítica, capaz de identificar os limites e as implicações das categorias utilizadas.

3.1 A produção social da vítima: seletividade e racialização da violência

A análise dos indicadores sociais relacionados a letalidade policial no Brasil evidencia um padrão claramente definido, atingindo majoritariamente jovens negros, pobres e residentes de territórios periféricos. Essa constatação não pode ser interpretada como uma coincidência estatística, mas deve ser compreendida como resultado de um processo histórico de construção social da criminalidade, que remonta aos anos anteriores a República no país.

Dessa forma, o conceito de racismo estrutural presente no texto de González (1988), acrescenta que esse fenômeno é parte constitutiva da gênese social do Brasil, para o autor as desigualdades sociais são o resultado de um processo construído historicamente que tem por base relações sociais, culturais e institucionais. Empiricamente o que se tem é o negro e a negra em sua maioria nos subempregos, no trabalho informal, desempregado, ou garantindo sua subsistência como beneficiário de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que assegura o mínimo economicamente para sua sobrevivência, além disso, formando a maioria da população carcerária, cabe aqui acrescentar a questão habitacional, de ocupar espaços periféricos e favelizados. Acerca dessa subcidadania González traz que:

> O lugar natural do negro é o lugar da marginalização social. A sociedade brasileira construiu mecanismos ideológicos que permitem explicar essa marginalização como resultado de incapacidades individuais, ocultando o caráter histórico e estrutural do racismo responsável pela produção dessas desigualdades. (GONZALEZ, 1988, p. 77).

Trinta anos depois essa perspectiva decolonial encontra ressonância na obra de Mbembe (2018), que desenvolve o conceito de necropolítica, em que argumenta que o poder soberano se expressa na capacidade de decidir quem deve viver e quem pode morrer. O autor desenvolve em seu texto acerca do poder da vida e da morte. No contexto brasileiro, essa decisão é profundamente marcada por critérios raciais e sociais, o que evidencia a existência de uma necropolítica direcionada a determinados grupos.

> Sob as condições da necropolítica, vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos. Trata-se de formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, nas quais a soberania consiste na capacidade de expor determinados grupos à morte, direta ou indiretamente, por meio da produção sistemática de precariedade e violência. (MBEMBE, 2018, p. 71).

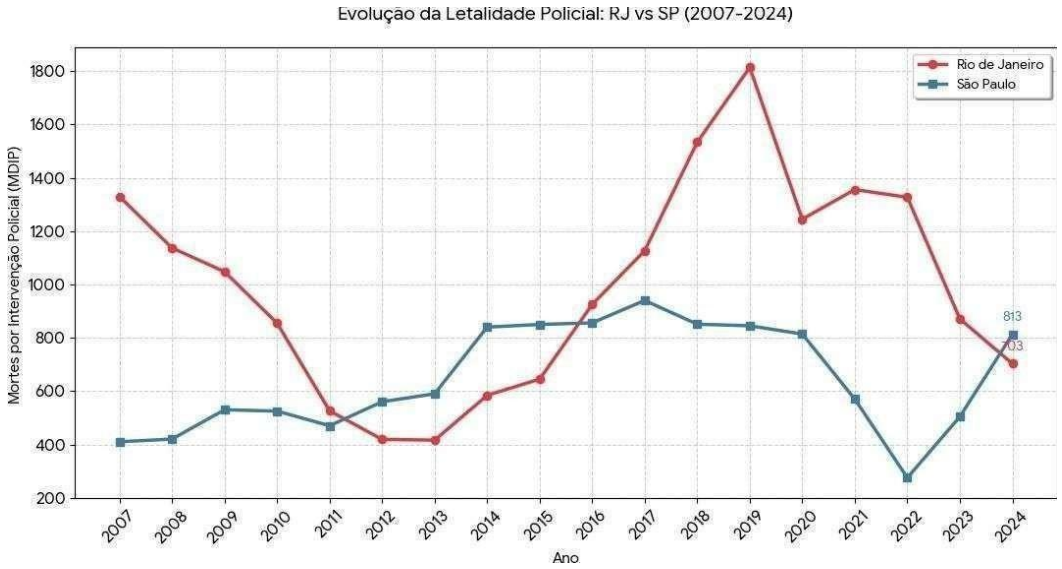
A análise empírica reforça essa interpretação, demonstrando que a maioria das vítimas de letalidade policial pertence a segmentos historicamente marginalizados. Esse padrão revela que a violência estatal não é fruto do acaso, não são “balas perdidas”, antes distribui-se de maneira linear, é direcionada a corpos específicos, considerados descartáveis. Esse cenário pode ser interpretado à luz da análise do papel das instituições formais legalizadas na reprodução da desigualdade social. Para o autor, a naturalização da violência contra os pobres é condição para a manutenção das hierarquias sociais. O que gera uma estratificação social quase intransponível. Segue a seguir uma tabela e um gráfico que retratam a realidade do objeto de análise do presente artigo.

TABELA 1

Unidade da Federação	Pessoas negras na população (%)	Pessoas negras entre as vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial (%)
Rio de Janeiro	57,8	86,1
São Paulo	40,9	66,6

Fonte: Elaboração própria, com base em relatório do Rede de Observatórios da Segurança. Pele-alvo: crônicas de dor e luta. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2025.

GRÁFICO 1



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (séries históricas de letalidade policial — autos de resistência e mortes decorrentes de intervenção policial, 2007–2024), bem como do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Rede de Observatórios da Segurança.

3.2 Autos de resistência e a lógica da impunidade

Os autos de resistência funcionam como parte de uma engrenagem da estrutura institucional de legitimação da letalidade policial no Brasil, eles operam para além de uma categoria jurídica, antes atuam como um mecanismo simbólico de dominação e como uma política pública de segurança que estrutura a forma pela qual a violência estatal é narrada, interpretada e, sobretudo, justificada. Ao classificar uma morte como decorrente de "intervenção policial em confronto", o aparato estatal produz uma narrativa que antecede a própria investigação, estabelecendo uma presunção de legitimidade e de inocência da ação policial deslocando o foco da análise do agente estatal para a conduta da vítima, culpabilizando a mesma e criminalizando a pobreza.

Pode-se dizer que essa dinâmica se dá também devido ao poder do mito. Nesse caso, o da superioridade branca em detrimento dos negros, ou seja, as vidas brancas importam mais do que as dos negros. Há aqui uma desqualificação, coisificação dos negros. Assim, se dá o racismo estrutural da sociedade brasileira que gera uma persistente e histórica impunidade nos casos de letalidade policial, uma vez que há uma desumanização das vidas que são afetadas por ela, daí então a não responsabilização pelas mortes. A respeito da construção dos mitos cabe trazer aqui o que diz Barthes acerca do tema.

> O mito não deve ser compreendido como simples ficção ou narrativa falsa, mas como uma forma simbólica fundamental através da qual as sociedades organizam e interpretam a realidade social. Os mitos operam como estruturas de significação coletiva que naturalizam valores, crenças e hierarquias sociais, conferindo-lhes aparência de evidência e inevitabilidade histórica. Nesse sentido, o mito transforma construções culturais em verdades aparentemente naturais, funcionando como mecanismo ideológico capaz de legitimar práticas sociais e relações de poder existentes. (BARTHES, 2009, p. 221).

Refletindo acerca da dinâmica que envolve a letalidade policial argumenta Misse (2011) que, os autos de resistência funcionam enquanto um dispositivo institucional que organiza e determina a interpretação dos fatos desde a gênese do registro de ocorrência até o encerramento dos casos judicialmente. O autor traz que, "o auto de resistência não é apenas um registro administrativo, mas uma narrativa institucional que estrutura a forma como o evento será compreendido pelas instâncias posteriores do sistema de justiça" (MISSE, 2011, p. 68).

Pode-se dizer que aqui reside a força dessa narrativa construída, justamente em sua capacidade de produzir efeitos concretos ao longo de todo o fluxo institucional. Quando é registrada oficialmente como o resultado inevitável de confronto, como a legítima defesa do agente de segurança a morte passa a ser tratada como um evento esperado, como uma probabilidade possível e aceitável no contexto da atuação policial, o que diminui significativamente a possibilidade de investigação criminal aprofundada. Esse processo torna evidente que a impunidade não é fruto do acaso, ou de uma burocracia estatal, nem tampouco fruto apenas de falhas em operações policiais, mas antes inscreve-se na própria lógica de funcionamento do sistema capitalista vigente.

Além disso, é importante destacar que a produção da impunidade não se limita à atuação policial, antes acaba por envolver também o Ministério Público e o Poder Judiciário. A forte tendência ao arquivamento de diferentes casos evidencia esse fato, baseia-se com frequência na argumentação de ausência de provas conclusivas para elucidação dos fatos, ou ainda na aceitação da versão policial, por vezes inverídicas como confirmada pelas recentes imagens captadas por câmeras policiais, é nesse contexto que se reforça a ideia de que a responsabilização dos agentes estatais é exceção, e não regra. Esse padrão institucional contribui para a reprodução das altas taxas de letalidade policial, na medida em que sinaliza aos agentes públicos que suas ações dificilmente serão objeto de sanção.

Dados do Instituto Sou da Paz trazem que, somente 8% dos homicídios praticados pela polícia são esclarecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, o relatório Onde Mora a Impunidade? Publicado em 2022, pela Rede de observatórios da segurança aponta que, mais de 80% das vítimas da violência policial são negras relatório. Há ainda a publicação do Atlas da Violência de 2023, que foi produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que confirma a superior exposição de jovens negros à violência letal, praticada pelo Estado o que torna evidente que a baixa responsabilização institucional impulsiona a reprodução de um padrão social de ininterrupta violência estatal.

Pode-se entender os desdobramentos dessa lógica societária também a partir da análise de Wacquant (2017), que traz em seu texto o papel central do sistema penal no que diz respeito a gerir a privação de liberdade de sujeitos marginalizados. Para o autor, a seletividade penal que tem etnia, faixa etária, escolaridade não se manifesta somente no punitivismo, mas também na forma como determinados grupos são expostos à violência sem que existam ferramentas efetivas de proteção social, ressocialização ou responsabilização estatal prevista na Constituição.

Sendo assim, os autos de resistência ou as mortes em decorrência de intervenção policial - nomenclatura oficial usada a partir de 2016 - funcionam como uma espécie de tecnologia do Estado, funcionam para organizar práticas, discursos midiáticos e servem as instituições como uma maneira de obter legitimação e de naturalizar a violência extrema perpetrada por agentes públicos, cujo lema é “servir e proteger”. A sua existência ao longo do tempo escancara para além da inércia institucional, o que fica nítido é a não defesa intransigentemente dos direitos humanos de todos os cidadãos do país, é uma postura política, um projeto societário que funciona como um tipo de eugenia social.

3.2 Guerra às drogas e militarização dos territórios

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do governo federal brasileiro é a responsável na formulação de políticas, diretrizes e ações para a questão da segurança pública no país. São subordinados a ela os estados de SP e do RJ, e atuam sob suas diretrizes, o que se tem nessas localidades é uma política de guerra às drogas em detrimento de uma postura de redução de danos e de promoção via legislação de algum tipo de reabilitação para os usuários. Esse enfrentamento combativo e reativo as drogas forma um dos principais pilares estruturantes da política de segurança do país, atua como um elemento central na legitimação da violência estatal.

Sob o discurso de combate ao crime organizado, a “organizações terroristas” e contrário a facções criminosas e grupos paramilitares essa política promove a militarização dos territórios periféricos urbanos, e transforma espaços das grandes cidades densamente povoados em verdadeiras zonas de conflito, com indivíduos com alvos nas costas, nos quais a lógica de guerra substitui a lógica da segurança pública.

De acordo com Zaluar (2004), a guerra às drogas para além de intensificar a violência, acaba por redefinir a dinâmica que se dá entre o Estado e a sociedade, com destaque para as periferias urbanas. Para ele: “a militarização da segurança pública cria um cenário no qual o uso da força letal se torna não apenas aceitável, mas esperado, como parte de uma estratégia de enfrentamento ao crime” (ZALUAR, 2004, p. 118).

Essa lógica produz implicações que atravessam a superficialidade, pois transforma moradores de determinados territórios em potenciais alvos permanentes, independentemente de

sua conduta individual. A atuação do Estado, nesses contextos, deixa de ser vinculada à assegurar direitos civis, sociais e políticos e garantir a cidadania dos sujeitos e torna-se identificada como repressiva, controladora e, em muitos casos, faz a eliminação física através das operações policiais. Estas cerceiam liberdades individuais e interrompem o funcionamento de serviços de saúde e de educação.

Acerca disso, cita-se a contribuição de Borges (2020), para ela é fundamental se compreender o caráter racial dessa política. Para a autora, a guerra às drogas atua enquanto um mecanismo de controle social voltado à população negra, reproduz dinâmicas históricas de exclusão e violência: “A política de drogas no Brasil não pode ser compreendida fora da lógica do racismo estrutural, sendo responsável pela criminalização e eliminação sistemática de corpos negros” (BORGES, 2020, p. 64). Corpos esses que são vistos como descartáveis, e cumprem um papel meramente estatístico quando é feito algum levantamento de dados relacionado a esse tema.

Essa maneira de interpretar a realidade posta dialoga de forma direta com o conceito de necropolítica, termo criado e desenvolvido por Mbembe (2018), ao expor de que forma o Estado opera e executa o poder de decidir sobre a vida e a morte em contextos específicos. As operações policiais em favelas e periferias podem ser enxergadas como materializações dessa lógica, na medida em que tornam vulneráveis determinadas populações a níveis elevados de risco e violência.

Além disso, a guerra às drogas contribui para a naturalização da violência policial, o que o Estado faz é construir uma narrativa midiática e pública onde o uso da força se impõe como urgente e imperativo, como única maneira de manutenção da ordem. Esse discurso é amplamente reproduzido por setores da grande mídia, até mesmo a online e por autoridades públicas, que se apresentam como especialistas em segurança pública que reforçam a ideia de que a violência estatal é uma resposta legítima ao problema da criminalidade, legitimando-a.

No entanto, o que se tem empiricamente dessa política não tem se mostrado eficaz ou eficiente para reduzir os desdobramentos do tráfico de drogas ou da violência, antes produz, efeitos colaterais impactantes, como o aumento da letalidade policial e o agravamento das desigualdades sociais. É como uma espécie de abismo social e racial, com realidades conflitantes entre si. Nesse sentido, a guerra às drogas pode ser vista não como uma política de segurança, mas como um dispositivo de controle social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo de conclusão de curso procurou analisar a recorrente prática dos chamados autos de resistência ou mortes por intervenção policial, conclui-se que estão para além de uma mera expressão oficial acerca da gestão seletiva da morte perpetrada pelo Estado brasileiro, o artigo partiu de um objeto empírico, a atuação das polícias militares estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo no espaço de tempo compreendido entre 2007 e 2024.

O artigo teve sua gênese a partir da seguinte hipótese, a de que a prática da violência estatal não pode ser reduzida simploriamente a um fenômeno ocasional ou a episódios desviantes, fenômenos não rotineiros. Antes porém, compõem uma determinada lógica e racionalidade política e institucional, fato esse que foi historicamente construído, que é atravessado por questões como o racismo estrutural, também pela seletividade penal e pela militarização das políticas de segurança pública. É um projeto societário.

Ao decorrer da análise, articulou-se revisão teórica crítica, com autores decoloniais e progressistas, somada a uma revisão documental e interpretação de dados estatísticos quantitativos e qualitativos empíricos fornecidos por órgãos oficiais e por organizações da sociedade civil, o que possibilitou uma compreensão aprofundada dos autos de resistência enquanto dispositivos administrativos legais, jurídicos e simbólicos que legitimam as altas taxas de letalidade policial. Dessa forma, demonstrou-se que esses registros atuam como manobras de produção de legalidade para eventos mortes que decorrem de intervenção estatal, como consequências há o reforço de práticas de impunidade e de naturalização da violência.

4.1 Síntese dos resultados e reflexões críticas sobre Estado e democracia

Os resultados apurados materializam a realidade da letalidade policial nos estados citados anteriormente. A análise demonstra padrões persistentes de seletividade racial, territorial, socioeconômica e até mesmo de gênero. A grande maioria dos vitimados é composta por jovens negros, residentes de periferias urbanas, o que confirma que a política de segurança pública brasileira adotada funciona a partir de uma lógica desigual e excludente de proteção e repressão. Nesse contexto, determinados corpos específicos se transfiguram socialmente e politicamente e transformam-se em constantes ameaças permanentes, legitimando o aprofundamento do uso da força policial com vistas a letalidade.

A presente análise teórica forneceu instrumentos para se compreender de que forma se dá essa dinâmica. Há aqui o conceito de necropolítica, onde o Estado atua soberanamente não apenas garantindo direitos, mas decidindo, necessariamente, quais vidas devem e merecem ser protegidas e quais serão expostas à morte. Dessa forma, os autos de resistência, não são meras burocracias ou formalidades legais, mas exercem um papel importante de destaque em uma racionalidade estatal que transforma a morte em tecnologia de gestão social.

Evidenciou-se ainda nesse artigo a centralidade da narrativa institucional oficial e da grande mídia hegemônica na sociedade. Foram apontados relatos de enfrentamento ao crime, analisou-se ainda como a política pública de guerra às drogas funciona para a manutenção da "ordem" social e acaba por contribuir para a legitimação da violência policial e retirar o debate público da esfera dos direitos humanos amplos e irrestritos, para a lógica da segurança baseada no embate. O que se dá nessa realidade é um consenso social em que se reduz o senso crítico da maioria da sociedade em relação às violações cometidas pelo próprio Estado.

Do que diz respeito a um regime democrático, os resultados da presente pesquisa indicam a existência de uma cidadania seletiva, onde a ideia de equidade e igualdade são ignoradas. Ainda que o sistema judiciário brasileiro seja alicerçado nos princípios e ideais do Estado democrático de direito, sua aplicação concretamente evidencia profundas disparidades com relação à proteção estatal. A presença de elevados índices de letalidade policial anuais em relatórios oficiais do governo e do terceiro setor materializa uma democracia brasileira seletiva que coexiste com territórios de exceção permanentes, com especial destaque para as áreas periféricas e racializadas.

Sendo assim conclui-se no presente estudo que, a violência estatal aqui analisada não pode ser apreendida somente enquanto um problema de segurança pública localizado em determinadas regiões, mas necessariamente deve ser enxergada como um fenômeno político estruturante das relações entre Estado, sociedade e população marginalizada. A existência dos autos de resistência transparece limites institucionais da democracia brasileira que é verticalizada e desigual. O que se tem é uma necessidade de revisão profunda das políticas de segurança pública, do controle externo das forças policiais e dos mecanismos de responsabilização estatal.

4.2 Limitações da pesquisa

Sabe-se que o presente estudo possui limitações que devem ser consideradas. O recorte

espacial restrito aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, embora justificado pela relevância política e pelos altos índices de letalidade policial dessas unidades federativas, não possibilita apreender a realidade por completo de todo o território nacional. Outras realidades regionais podem apresentar dinâmicas distintas que demandam investigações específicas. A realidade é fluida e dinâmica não se quis aqui fazer generalizações, pois elas são limitantes e não necessariamente refletem a realidade.

Outra limitação refere-se à análise de indicadores sociais que dependem de dados oficiais e relatórios institucionais. Pode-se haver no caso desse objeto de pesquisa subnotificações ou hiper notificações. Além disso, toda análise de dados empíricos sociais necessita de uma interpretação da realidade pesquisada, há aqui uma ausência de padronização nacional na produção de estatísticas acerca de mortes em decorrência de intervenção policial - MDIP, até mesmo de nomenclatura, ela varia entre autos de resistência e MDIP, tudo isso impõe desafios metodológicos à análise quantitativa e qualitativa do fenômeno. Além disso, a própria natureza do objeto estudado — marcada por disputas políticas, institucionais e simbólicas — dificulta o acesso a informações completas e transparentes. O acesso a dados oficiais a um tema tão sensível é um desafio.

Dessa forma, em síntese, o presente artigo reafirma que apreender a realidade como um todo dos autos de resistência é compreender a própria maneira pela qual o Estado brasileiro administra conflitos sociais, desigualdades históricas e populações consideradas excedentes. A mudança e a superação dessa realidade deve vir de toda a sociedade que necessariamente deve exigir não apenas reformas institucionais, mas uma redefinição democrática e constitucional do papel da segurança pública, orientada pela centralidade da defesa intransigente dos direitos humanos de todos e todas, sem exceção e irrestrita, fruto de uma luta por equidade social ampla e pela valorização incondicional da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Jandaíra, 2019. CANO,Ignacio.

Letalidade policial no Brasil. Rio de Janeiro: Booklink, 2012.

_____. **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPS no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

FERES JÚNIOR, João. **A mídia e o controle social**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2015.

_____. **O conceito de enquadramento e a disputa política nos meios de comunicação**. Revista Compolítica, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 1-25, 2010. Disponível em: https://www.compolitica.org/revista/. Acesso em: 20 dez. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br. Acesso em: 18 mar. 2026.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (RJ). **Séries históricas de letalidade policial. Rio de Janeiro: ISP, 2007- 2024**. Disponível em: http://www.ispdados.rj.gov.br. Acesso em: 18 mar. 2026.

LIMA, Renato Sérgio de. **A seletividade da ação policial no Brasil: racionalidade institucional, hierarquização social e produção da suspeição**. São Paulo: NEV/USP, 2018. Disponível em: https://www.nev.prp.usp.br/. Acesso em: 7 dez. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINGARDI, Guaracy. **O Trabalho da Inteligência no controle do crime organizado**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 51-69, dez. 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10266. Acesso em: 20 dez. 2025.

_____. **Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil**. São Paulo: Scritta,

1992.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Pele-alvo: a bala não erra o negro**. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br. Acesso em: 18 mar. 2026.

_____.**Pele-alvo: relatório sobre violência policial e raça no Brasil**. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: https://www.observatorioseguranca.com.br/pele-alvo. Acesso em: 7 dez. 2025.

_____.**Violência policial e impunidade no Brasil: produção do senso comum de permissividade e naturalização do extermínio de populações vulnerabilizadas**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: https://www.observatorioseguranca.com.br/. Acesso em: 7 dez. 2025.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (São Paulo). **Dados estatísticos: mortes decorrentes de intervenção policial – série histórica 2007–2024**. São Paulo: SSP/SP, 2024. Disponível em: https://www.ssp.sp.gov.br. Acesso em: 7 dez. 2025.

_____. **Estatísticas de criminalidade e letalidade policial. Séries históricas. São Paulo: SSP-SP, 2007- 2024**. Disponível em: http://www.ssp.sp.gov.br. Acesso em: 18 mar. 2026.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya,2017

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ZALUAR, Alba**. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.